

Ajuste é desafio no Orçamento 95

...ANTES O DINHEIRO DERRETIA NO BOLSO'

■ **INFLAÇÃO** — “A inflação de 2,5% de que se fala, ou até mais, não é o índice de agosto. Para quem abriu uma caderneta de poupança no dia 1º de agosto, por exemplo, a inflação relevante é a que ocorre do dia que ele aplicou até o dia que a conta aniversária. Esses índices de agora comparam preços em reais com preços em URV. Mas no fim de junho, houve inflação em URV: os preços em URV se aceleraram até 1º de julho. Aí pararam. Mas quando se compara a média de preços em reais com a média de preços em URV, aparece essa inflação. Índices totalmente livres dessa contaminação, que comparem preços em reais com outros em reais, só na inflação de setembro, publicada em outubro. Aí teremos inflação limpa em real. E as pessoas sabem disso. O que as pessoas percebem é o que acontece no dia-a-dia delas. E nesse dia-a-dia as pessoas estão vendo que os preços estão caindo.”

■ **DÉFICIT FISCAL** — “Essa questão de déficit no Orçamento depende. Obviamente não teremos mais o IPMF. Vamos ter que encontrar fontes alternativas. O IPMF esse ano rendeu mais de US\$ 4 bilhões. Agora é preciso avaliar quanto teremos de Finsocial, que está pendente nos tribunais. É preciso ver quanto daria isso. E tem também a privatização. As pessoas dizem que o ajuste é frágil, mas há um potencial de privatização não explorado; e toda a possibilidade de arrecadação dessas pendências judiciais.”

■ **MOEDA FORTE** — “Eventualmente, quando se tiver uma moeda mais conversível, essa diferenciação que hoje existe entre aplicação aqui dentro e aplicação lá fora pode ser substancialmente diminuída. Isso pode permitir que essas reservas, ao invés de serem carregadas exclusivamente pelo Governo, possam ser carregadas mais genericamente: pelos bancos, pelos ex-

portadores e pelos investidores de uma forma geral. Isso não é para este ano, obviamente, mas essa possibilidade existe concretamente. Isso é para mostrar que esse programa tem mais força do que as pessoas estão dizendo.”

■ **ORÇAMENTO DE 95** — “Espere para ver daqui a duas semanas.”

■ **ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA** — “É preciso um estímulo para aumentar a arrecadação. Isso aconteceu em países que se estabilizaram, como a Argentina. Nesse próximo pronunciamento do ministro Rubens Ricupero, ele vai enfatizar a necessidade de as pessoas pedirem nota fiscal. É preciso que a população adira a esse esforço contra a sonegação.”

■ **ITAMAR** — “A imprensa não entende o presidente Itamar. Vocês têm uma lógica muito econômica. Ele não tem que ter só a ótica do Plano Real. Ele é o administrador público e tem que gerenciar essa máquina pública. Ele está respondendo a pressões legítimas. Tão legítimas como as da ordem econômica. O presidente tem que presidir da maneira que ele encontra, reunindo fatores econômicos, sociais e políticos. O fato é que a atuação dele foi que viabilizou o Plano Real. Já pensou como seria viabilizado com o Collor, com aquele estilo imperial dele? Mesmo que não fosse corrupto, duvido que fosse possível. Ou com Sarney, com toda a problemática do fisiologismo. Itamar tem uma paciência de santo. Em 15 de agosto do ano passado, ele escreveu um bilhetezinho para os meus filhos, pedindo a eles que pedissem para eu ter pressa com o plano. Ele esperou um ano inteiro... É difícil imaginar um presidente que tivesse dado tanto apoio a esse plano. Olhando para trás, Itamar é o melhor presidente para se fazer o Plano Real.”

BRASÍLIA — O Orçamento de 1995 — cuja primeira proposta vem sendo elaborada pelo assessor Edmar Bacha para apresentação ao Legislativo até o próximo dia 31, como determina a Constituição — aponta um rombo potencial da ordem de R\$ 10 bilhões, decorrente da queda de receita estimada pela equipe econômica e pressão de despesas adicionais, como pagamento da folha de pessoal (que sofrerá impacto de R\$ 3,2 bilhões com o aumento para os servidores); da Previdência (da ordem de R\$ 4 bilhões); e despesas com Saúde e outros órgãos custeados pela União.

Para equilibrar as contas, e apresentar um orçamento sem déficit, a equipe econômica propõe a utilização de receitas não ordinárias, ainda de recebimento duvidoso, da ordem de R\$ 6,34 bilhões. Deste total, R\$ 5 bilhões serão decorrentes da venda de estatais; R\$ 350 milhões da venda de estoques de café; e R\$ 990 milhões da Cofins. Há ainda a possibilidade de um pacote fiscal em dezembro.

Segundo fontes da equipe, o Governo não tem a intenção de propor aumento de alíquotas de tributos para este ano, mas quer sinalizar para o próximo presidente a necessidade de implementação de reformas estruturais como a previdenciária e a tributária.

E fica reforçada a idéia de que a proposta orçamentária de 1995 funcionará muito mais como uma prestação de contas para o próximo Governo do que propriamente um conjunto de metas a ser perseguido:

— Este orçamento, dependendo de quem seja eleito, muito provavelmente sofrerá profundas alterações. O que o Governo está fazendo agora é sinalizar para o próximo presidente os caminhos possíveis para a governabilidade — diz um assessor.

Nesta semana, o ministério do Planejamento já deverá ter fechado uma prévia. A idéia era de manter os R\$ 98 bilhões de gastos previstos para 94. Mas deverá haver redução de despesas, como na Previdência, que contará com o reforço do Fundo Social de Emergência. (Leise Taveira)